



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

042

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0203110-7/01

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADO: Assilon Gomes Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

Retornar  
5524

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VALOR IRRISÓRIO DO CRÉDITO EXEQUENDO. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. 1. A contrariedade da Fazenda está assentada nos seguintes argumentos: (i) o Decreto Estadual nº 32.549/08 considera "irrisório" apenas os valores não superiores a R\$ 2.000,00; (ii) os valores adotados pela Lei Complementar Estadual nº 105/07, autorizativos da não-propositura de execuções fiscais, só podem ser aplicados levando-se em conta a totalidade dos débitos de responsabilidade do devedor; (iii) a prestação jurisdicional em desacordo com os parâmetros traçados pela LCE nº 105/07 invade esfera reservada ao Executivo e implica em declaração implícita de inconstitucionalidade daquele diploma legal; (iv) o STJ, no Resp (repetitivo) 1.125.627/PE, fixou o entendimento de que a "norma [lei federal autorizativa da desistência de execuções em curso] simplesmente confere uma faculdade à Administração, não se podendo extrair de seu comando normativo a virtualidade de extinguir a obrigação, nem de autorizar o juiz a, sem o consentimento do credor, indeferir a demanda executória". 2. Todavia, a análise, pelo Judiciário, da condição da ação consistente no interesse de agir em sede de execuções fiscais, não é vinculada nem condicionada ao *juízo discricionário* eventualmente formulado pela Fazenda exequente quanto ao valor que, para ela, seja irrisório. 3. Dai porque os valores de R\$ 10.000,00 e R\$ 5.000,00, objeto da LCE 105/07, em verdade não são *vinculantes* para o Judiciário, em ordem a *determinar*, em termos absolutos, o que seja *valor ínfimo* idôneo a caracterizar a *ausência de interesse de agir*. 4. É fora de dúvida, porém, que tais valores constituem *parâmetros óbvios* a serem considerados pelo julgador no momento de *aplicação concreta* do direito à espécie. 5. Ou seja: a partir de *conceitos indeterminados* (como o são os de *valor ínfimo* e *valor irrisório*), o julgador, tendo em vista a *realidade concreta* de um determinado momento histórico, deverá decidir se o feito executivo proposto guarda, ou não, a *utilidade prática* indispensável à caracterização do *interesse de agir*. 6. Isso porque a jurisprudência vêm reconhecendo, amplamente, a inadmissibilidade de execuções fiscais cujo custo operacional seja mais elevado do que o valor do crédito exequendo, em homenagem aos princípios da razoabilidade, da finalidade e do próprio interesse público. 7. Deveras, a pretensão do Estado em cobrar créditos fiscais de valores ínfimos configura desperdício de verbas públicas, na medida em que a movimentação do aparato judicial, nesse caso, revela-se contraproducente e antieconômica. 8. No caso de Pernambuco, a própria Fazenda classifica como *irrisórios* os valores inferiores a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), não havendo controvérsia neste ponto. 9. No entanto, este colegiado tem entendido que são insuficientes para denotar o interesse de agir, os valores inferiores a R\$ 10.000,00 (no caso de ICMS) e a R\$ 5.000,00 (nos demais casos), *tomando por base os próprios*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

043

*parâmetros adotados pela LCE 105/07. 10. Isso porque, uma vez firmados os parâmetros segundos os quais é possível o não-ajuizamento da ação (e, por igual razão, a extinção de ação proposta) – tudo isso obviamente em função de um julgo legal prévio acerca da utilidade do procedimento em cotejo com o valor do crédito – tem-se como consequência jurídica a virtual eliminação, dentro dos parâmetros estabelecidos para cada espécie tributária, da indeterminação do conceito de valor ínfimo ou irrisório, em ordem estabelecer uma “zona de certeza positiva” no âmbito da qual o Judiciário poderá, sem margem a dúvida, ter por ausente o interesse de agir. 11. De resto, em termos processuais, o interesse de agir é de ser aferido em razão do procedimento executivo in concreto ajuizado, sendo irrelevante, por isso, perquirir se existem, ou não, créditos outros de responsabilidade do mesmo contribuinte. 12. Assim, tem-se que a decisão recorrida firmou suas conclusões a partir dos próprios parâmetros de utilidade processual adotados pela LCE 105/07, não havendo que se cogitar de sua declaração de inconstitucionalidade, nem mesmo de forma implícita. 13. Anota-se, finalmente, que o Resp (repetitivo) 1.125.627/PE tem substrato fático-jurídico substancialmente diverso, visto que se refere a execução de verba atinente a honorários de sucumbência pleiteados pela Caixa Econômica Federal, em razão de “sentença prolatada em demanda objetivando a correção monetária dos saldos de contas vinculadas do FGTS”, contexto que não se assemelha à hipótese vertente. 14. Embargos conhecidos, para fins de prequestionamento, porém rejeitados.*

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 0203110-7/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em conhecer dos aclaratórios, porém negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 28 de janeiro de 2010 (data do julgamento).

**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

044

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0203110-7/01  
EMBARGANTE: Estado de Pernambuco  
EMBARGADO: Assilon Gomes Silva  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**RELATÓRIO E VOTO**

Cuida-se de embargos de declaração, com pedido de efeitos infringentes, interpostos pelo **Estado de Pernambuco** em face de **acórdão** que deu provimento parcial a Apelação Cível nº 0203110-7, para o fim de *"afastar a extinção do processo sem resolução do mérito, com baixa na distribuição, decretada em primeiro grau, determinando apenas o respectivo **arquivamento**, **sem baixa na distribuição**, na linha do que decidido no Resp 1.111.982 - SP, Rel. Min. Castro Meira"*.

O acórdão embargado restou ementado nos seguintes termos:

EMENTA: EXECUÇÃO FISCAL DE PEQUENO VALOR. CARÁTER ANTIECONÔMICO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE MOVER A MÁQUINA JUDICIÁRIA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO, NOS TERMOS DA ORIENTAÇÃO DO STJ. 1. O Juízo *a quo*, considerando a falta de interesse de agir da Fazenda exequente, pelo baixo valor do crédito exequendo, extinguiu o executivo fiscal sem resolução do mérito. 2. A jurisprudência vem reconhecendo a inadmissibilidade de execuções fiscais cujo custo operacional seja mais elevado do que o valor do crédito exequendo, em homenagem aos princípios da razoabilidade, da finalidade e do próprio interesse público. 3. Ou seja, a pretensão fazendária de cobrar créditos fiscais de valores ínfimos configura desperdício de verbas públicas, na medida em que a movimentação do aparato judicial, nesse caso, revela-se contraproducente e antieconômica. 4. Nessa linha, aliás, dispõem os artigos 2º e 2º-A, da Lei Complementar Estadual nº 105/2007, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 133/2008. 5. Esse entendimento não é afastado pela circunstância de eventualmente existirem débitos outros na esfera administrativa, a despeito do que preceitua o art. 2º, inc. II, § 1º da Lei Complementar Estadual nº 105/07, eis que o custo da movimentação da máquina judiciária há de ser avaliado à vista do processo que concretamente esteja em tramitação, até porque facultado à Fazenda exequente - no caso de existirem outras execuções aforadas contra o mesmo devedor - requerer a reunião dos processos, nos termos do art. 28 da Lei de Execuções Fiscais, em ordem seja a assegurar a unidade da garantia, seja a denotar, pelo somatório dos créditos exequendos, a viabilidade econômica dos procedimentos em causa. 6. De todo modo, é certo que a extinção do feito, por falta de interesse de agir, não faz coisa julgada material, permanecendo em aberto, portanto, a possibilidade de novo ajuizamento, em torno de valor de maior expressividade. 7. Por isso, esta relatoria vinha defendendo, em feitos do gênero, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, com baixa na distribuição (o que não implica em extinção do crédito tributário corporificado na certidão da dívida ativa). 8. Cumpre, todavia, em homenagem à função uniformizadora do direito, adotar a diretriz jurisprudencial exarada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.111.982-SP (recurso repetitivo),



045

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

no sentido de que as execuções fiscais de pequeno valor "*devem ter seus autos arquivados, sem baixa na distribuição*". 9. Via de consequência, se houver outros débitos exigíveis judicialmente, que, no total, superem os valores mínimos definidos pela própria Fazenda exeqüente, poderá ela requerer o desarquivamento do feito em tela para fins de apensamento aos demais, para o fim de tramitação conjunta. 10. Assim, na linha do entendimento jurisprudencial fixado pelo STJ, dá-se provimento parcial ao apelo, em ordem a afastar a extinção do processo sem resolução do mérito, com baixa na distribuição, tal como decretada em primeiro grau, determinando-se apenas o respectivo arquivamento, sem baixa na distribuição. 11. Decisão unânime.

Em suas razões recursais, o embargante pede seja suprida contradição e obscuridade em relação à Lei Complementar nº 105/2007, especificamente quanto ao tratamento dado aos casos *permissivos de desistência do débito fiscal pela Fazenda Pública Estadual*, bem como a omissão quanto à aplicação do art. 2º daquele diploma legal.

Alega que, *ao recusar aplicação ao art. 2º da Lei Complementar nº 105/07, sem declaração de inconstitucionalidade, o acórdão recorrido violou o art. 97 da CF/88, ou seja, como não se manifestou acerca da não aplicação do dispositivo constitucional, resta configurada verdadeira omissão.*

Ressalta que a decisão atacada contraria o conteúdo da Súmula Vinculante nº 10 do STF, *que preceitua a impossibilidade de ser afastado dispositivo de lei estadual sem a sua declaração de inconstitucionalidade pelo Plenário.*

Argüi, ainda, que o acórdão em tela choca-se com a diretriz jurisprudencial encartada no Recurso Especial nº 1.125.627/PE, Rel. Min. Teori Zavaski (submetido à Lei dos Recursos Repetitivos).

É o que importa relatar.

Na hipótese vertente, considerada a remissão a diversos dispositivos legais e precedentes dos Tribunais Superiores, é importante situar, mais uma vez, o núcleo central da questão controversa.

Com efeito, a sentença de primeiro grau extinguiu o processo sem resolução de mérito, por falta de interesse de agir, em face do baixo valor do crédito exeqüendo.

Esta instância revisora manteve esse entendimento, reformando a sentença apenas para determinar que o executivo fiscal fosse arquivado sem baixa na distribuição, em expressa reverência aos motivos determinantes do julgamento levado a efeito no Resp (repetitivo) 1.111.982/SP, Rel. Min. Castro Meira.

A contrariedade da Fazenda exeqüente para com o entendimento esposado por este colegiado está assentada nos seguintes argumentos:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

046

(i) a legislação estadual de regência específica (Decreto Estadual nº 32.549/08) considera "irrisório" apenas os valores não superiores a R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

(ii) por isso, os valores de referência adotados pela Lei Complementar Estadual nº 105/07 (alterada pela LCE 133/08), autorizativos da não-propositura e/ou desistência de execuções fiscais – R\$ 10.000,00 para débitos de ICMS e R\$ 5.000,00 para outras espécies tributárias – só podem ser aplicados levando-se em conta a totalidade dos débitos de responsabilidade do devedor/executado;

(iii) a prestação jurisdicional em desacordo com os parâmetros traçados pela LCE nº 105/07 (alterada pela LCE 133/08) invade esfera reservada à atuação do Executivo (o credor/exeqüente) e implica em declaração implícita de inconstitucionalidade do art. 2º daquele diploma legal;

(iv) o STJ, no Resp (repetitivo) 1.125.627/PE, fixou o entendimento de que a "norma [lei federal autorizativa da desistência de execuções em curso] simplesmente confere uma faculdade à Administração, não se podendo extrair de seu comando normativo a virtualidade de extinguir a obrigação, nem de autorizar o juiz a, sem o consentimento do credor, indeferir a demanda executória".

Examinem-se esses argumentos, à luz dos pronunciamentos judiciais já lançados nos autos.

De proêmio, vale a pena fazer uma breve digressão para fincar a idéia de que, em linha de princípio, a análise, pelo Judiciário, da condição da ação consistente no *interesse de agir* em sede de execuções fiscais, não é vinculada nem muito menos condicionada ao *juízo discricionário* eventualmente formulado pela Fazenda exeqüente quanto ao valor que, *para ela*, seja irrisório.

Daí porque nem o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), de que trata o Decreto nº 32.549/08, nem tampouco os valores de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), objeto da LCE 105/07, em verdade são *vinculantes* para o Judiciário, em ordem a *determinar*, em *termos absolutos*, o que seja *valor ínfimo* idôneo a caracterizar a *ausência de interesse de agir*.

É fora de dúvida, porém, que tais valores constituem *parâmetros óbvios* a serem considerados pelo julgador no momento de *aplicação concreta* do direito à espécie.

Ou seja: a partir de *conceitos indeterminados* (como o são os de *valor ínfimo* e *valor irrisório*), o julgador, tendo em vista a *realidade concreta* de um determinado momento histórico (inclusive em termos econômicos e sociais), deverá decidir se o feito executivo proposto guarda, ou não, a *utilidade prática* indispensável à caracterização do *interesse de agir*.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

047

Isso porque (rememore-se) a jurisprudência vêm reconhecendo, amplamente, a inadmissibilidade de execuções fiscais cujo custo operacional seja mais elevado do que o valor do crédito exequendo, em homenagem aos princípios da razoabilidade, da finalidade e do próprio interesse público.

Deveras, o exercício da jurisdição deve sempre levar em conta a utilidade do provimento jurisdicional pretendido em relação ao custo social de sua preparação.

Assim, a pretensão do Estado em cobrar créditos fiscais de valores ínfimos configura desperdício de verbas públicas, na medida em que a movimentação do aparato judicial, nesse caso, revela-se contraproducente e antieconômica.

No caso de Pernambuco, a própria Fazenda classifica como *irrisórios* os valores inferiores a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), não havendo controvérsia quanto a este ponto.

No entanto, este colegiado tem entendido que são insuficientes para denotar o interesse de agir, os valores inferiores a R\$ 10.000,00 (no caso de ICMS) e a R\$ 5.000,00 (nos demais casos), *tomando por base os próprios parâmetros adotados pela LCE 105/07*.

Assevera a Fazenda, porém, que a LCE 105/07 não autoriza a extinção das ações quando *"o valor total dos débitos de igual espécie e não ajuizados do mesmo devedor superar os limites fixados"*.

Ocorre que, *uma vez firmados os parâmetros segundo os quais é possível o não-ajuizamento da ação (e, por igual razão, a extinção de ação proposta) – tudo isso obviamente em função de um juízo legal prévio acerca da utilidade do procedimento em cotejo com o valor do crédito – duas consequências jurídicas se impõem.*

A primeira delas é a *virtual eliminação*, dentro dos parâmetros estabelecidos para cada espécie tributária, da *indeterminação* do conceito de *valor ínfimo* ou *irrisório*, em ordem estabelecer uma *"zona de certeza positiva"* no âmbito da qual o Judiciário poderá, sem margem a dúvida, ter por ausente o *interesse de agir*.

A segunda consequência – decorrente da primeira – é a de que, em termos processuais, o interesse de agir é de ser aferido em razão do procedimento executivo *in concreto* ajuizado, sendo irrelevante perquirir se existem, ou não, créditos outros de responsabilidade do mesmo contribuinte.

Até porque, se existirem créditos outros, cobráveis pela via executiva, não se justifica, à luz do princípio da economicidade, o ajuizamento isolado de processo relativo a valor ínfimo, nem muito menos a respectiva tramitação isolada, especialmente à luz do permissivo contido no art. 28 da Lei de Execuções Fiscais.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

042

E se tais créditos outros não são cobráveis pela via executiva – sobretudo aqueles ainda não definitivamente constituídos - o argumento fazendário não é pertinente, vez que inviável apurar o interesse de agir em função de créditos potenciais.

Visto isso, tem-se, em conclusão primeira, nos termos expostos, que a decisão recorrida firmou suas conclusões a partir dos próprios parâmetros de *utilidade* processual adotados pela LCE 105/07, não havendo que se cogitar de sua *declaração de inconstitucionalidade*, nem mesmo de forma *implícita*.

Registro, finalmente, que o julgamento do Resp (repetitivo) 1.125.627/PE tem substrato fático-jurídico *substancialmente diverso*, visto que se refere a execução de verba atinente a *honorários advocatícios* pleiteados pela Caixa Econômica Federal, em razão de “*sentença prolatada em demanda objetivando a correção monetária dos saldos de contas vinculadas do FGTS*”.

Ou seja, discutiu-se, ali, execução de *honorários de sucumbência* devidos em razão do princípio da causalidade, em processo *julgado*, contexto que não se assemelha à hipótese vertente.

Diante do exposto, conheço dos presentes embargos, para fins de prequestionamento explícito das questões aqui consignadas, porém **nego-lhes provimento**, eis que ausentes quaisquer dos vícios elencados no art. 535 do CPC.

É como voto.

Recife, 28 de janeiro de 2010.

  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator